



PPAG 2016-2019 **EXERCÍCIO 2019**

PLE 232/2018

Educação e Cultura
Educação



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
DE MINAS GERAIS

PLE Nº 232/2018

Programa 214 – Educação Integral e Integrada

Proponentes

Fabio Proença de Carvalho – instituição não informada / Diego Severino Rossi de Oliveira – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Dieese (Belo Horizonte) / Liliane Maria Barbosa da Silva Resende – Dieese (Belo Horizonte) / Pollyanna Iara Miranda Lima – instituição não informada / Alessandra Rodrigues Marx – Associação Mineira de Municípios – AMM (Belo Horizonte) / Ana Flávia Mourão de Miranda – Instituto Equale (Belo Horizonte) / Gabrielle Thuanny de Castro Araújo – instituição não informada / Roberta Sant'André – Educanto (Belo Horizonte).

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Tramitação de projetos. In: _____. Assembleia de Minas: Poder e voz do Cidadão. (Portal.) Disponível em: <https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/interna.html?a=2018&n=232&t=PLE>. Acesso em: 29 de março de 2019.

Sugestões de intervenção

A PLE nº 232 sugeriu as seguintes alterações no Programa 214 – Educação Integral e Integrada:

- Alterar o objetivo do programa, para ampliar a oferta de educação em tempo integral e garantir as condições de permanência dos estudantes na escola.
- Alterar o campo Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS – para incluir três ODS: “Erradicação da pobreza”, “Igualdade de gênero” e “Trabalho decente e crescimento econômico”.
- Alterar o campo Áreas x Objetivos estratégicos, para que, dentre outras coisas, contemple a população em situação de itinerância.
- Reduzir o orçamento fiscal do programa, de R\$154.151.939,00, para R\$150.876.404,00.
- Exclusão da Ação 4188.
- Na ação 4649 – Incentivo à Leitura e Democratização do Acesso ao Livro:
 - alterar a finalidade.
- Na ação 2067 – Organização e Funcionamento Escolar:
 - alterar a finalidade e aumentar a meta financeira.
- Na ação 4657 – Desenvolvimento do Ensino Fundamental:
 - alterar a finalidade e aumentar a meta financeira.
- Na ação 4594 – Avaliação Educacional para Redução das Desigualdades:
 - reduzir a meta financeira, de R\$18.000.000,00, para R\$1.000.000,00.
- Na Ação 4659 – Educação em Tempo Integral – Ensino Fundamental:
 - alterar a finalidade e aumentar a meta financeira.

Resultados – Apreciação das sugestões de intervenção

Após análise pela Comissão de Participação Popular, pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e pelo Plenário da ALMG, as sugestões foram ACOLHIDAS na forma de:

- **Emenda ao PPAG:**

- Programa 214:

- Mudança de objetivo para: AUMENTAR O TEMPO DE PERMANÊNCIA DIÁRIA DOS ALUNOS NAS ESCOLAS, INCLUSIVE OS ADOLESCENTES E JOVENS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIEDUCATIVA (EDUCAÇÃO INTEGRAL), ATINGIR O NÍVEL RECOMENDADO DE PROFICIÊNCIA POR MEIO DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA), ESTRUTURAR O ENSINO MÉDIO, MAIS PARTICIPATIVO, POSSIBILITANDO A MOBILIZAÇÃO SOCIAL E EMANCIPAÇÃO DOS JOVENS (DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO), PROVER O ENSINO FUNDAMENTAL DE QUALIDADE DE FORMA A AMPLIAR O ACESSO, garantir as condições de permanência, e aumentar AS TAXAS DE PROFICIÊNCIA (DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL), AVALIAR A QUALIDADE DO ENSINO DO SISTEMA PÚBLICO DE EDUCAÇÃO (SIMAVE), FORTALECER A EDUCAÇÃO NO CONTEXTO PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVO E GARANTIR O ACESSO ESCOLAR À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE ITINERÂNCIA.

- Ação 2067 – Organização e Funcionamento Escolar:

- mudança de finalidade para: GARANTIR VAGA A ALUNOS NO ENSINO FUNDAMENTAL PELO CADASTRO ESCOLAR, universalizar o atendimento no ENSINO MÉDIO NA REDE PÚBLICA, ORGANIZAR PLANO DE ATENDIMENTO ESCOLAR COM SRE E COMUNIDADE ESCOLAR, AUTORIZAR FUNCIONAMENTO DE ESCOLAS, CURSOS TÉCNICOS, NORMAL, REGULARIZAR VIDA ESCOLAR DOS ALUNOS, GARANTIR EXECUÇÃO DO CENSO ESCOLAR NAS REDES DO ESTADO, EM ESPECIAL A ESTADUAL, GERAR, DIVULGAR DADOS DO CENSO ESCOLAR, CONTRIBUIR COM SIMADE E DIÁRIO ESCOLAR DIGITAL PARA ELABORAR, IMPLEMENTAR, MONITORAR POLÍTICAS DA SEE.

- Ação 4659 – Educação em Tempo Integral – Ensino Fundamental:

- mudança de finalidade para: COM BASE NA META 6 DO PNE, GARANTIR A OFERTA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL EM, NO MÍNIMO, 50% DAS ESCOLAS PÚBLICAS DA REDE ESTADUAL, E ATENDER PELO MENOS 25% DOS

ESTUDANTES, AMPLIAR AS OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS EXPANDINDO A JORNADA EDUCATIVA DIÁRIA PARA O MÍNIMO DE 7 HORAS, DESENVOLVER MÚLTIPLAS DIMENSÕES DO CONHECIMENTO, PARA FORMAR NOVAS HABILIDADES, POR MEIO DE ATIVIDADES DIVERSIFICADAS NA ESCOLA E/OU ARTICULADAS COM PARCEIROS.

- **Requerimento:**

- à Secretaria de Estado de Educação, pedindo providências para que realize estudo de viabilidade para a admissão de bibliotecários para a rede estadual de ensino.

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Tramitação de projetos. In: _____. Assembleia de Minas: Poder e voz do Cidadão. (Portal.) Disponível em: <https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/documento.html?a=2018&n=232&tipoProjeto=PROPOSTA%20DE%20A%C3%87%C3%83O%20LEGISLATIVA&s=PLE&link=%2Fproposicoes%2Fpesquisa%2Favancada%3Fexpr%3D%28PLE20180023203585%5Bcodi%5D%29%5Btxmt%5D%26p>. Acesso em: 29 de março de 2019.

Respostas aos requerimentos encaminhados

Nº PLE	Nº RQN	Conteúdo dos requerimentos	Houve resposta até 31/08?	Síntese da resposta
232	11.794	À Secretaria de Estado de Educação, pedindo providências para que realize estudo de viabilidade para a admissão de bibliotecários para a rede estadual de ensino.	Não	

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Tramitação de projetos. In: _____. Assembleia de Minas: Poder e voz do Cidadão. (Portal.) Disponível em: <https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/index.html>. Acesso em: 18 de out. de 2019.

Nota: nos termos da Constituição do Estado, a autoridade estadual que, em resposta a pedido escrito de informações encaminhado pela Assembleia Legislativa, se recusar a responder, não atender no prazo de 30 dias ou prestar falsa informação, pode ser responsabilizada. Cumpre observar que os pedidos de providências possuem natureza distinta dos de informações. Eles podem ser encaminhados a autoridade de outras esferas federativas e, até por isso, não há previsão legal da obrigação de que sejam respondidos.

Acesse o site [Políticas Públicas ao Seu Alcance](#) para saber mais sobre as políticas públicas de [Educação](#) e monitorar sua execução ao longo do ano.